

Plano de Sobradinho é modelo de ordenação

GUILHERME GOULART

DA EQUIPE DO CORREIO

O Plano de Ocupação dos Condomínios de Sobradinho servirá como modelo para todos os loteamentos irregulares do Distrito Federal. Apresentado sexta-feira à noite pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (Seduh), o planejamento proposto aos moradores da área também precederá o projeto urbanístico dos cinco setores que compõem a região do Grande Colorado. O programa sugere o zoneamento de áreas comerciais, industriais, bancárias e administrativas e a implantação de delegacias, postos de saúde, batalhões da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, escolas e áreas verdes nos

espaços ainda desocupados.

A secretária de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Diana Motta, destacou, durante a apresentação do projeto, que a legalização dos condomínios será tratado como assunto prioritário em 2006. "Será um dos projetos mais importantes do GDF. Começamos no Colorado a proposta modelo de ordenação urbana nos condomínios irregulares do DF", explicou.

No caso da região do Grande Colorado, os técnicos da Seduh respeitaram as divisões existentes na localidade onde vivem mais de 50 mil pessoas. Sistemas de distribuição de água, telefone e esgoto, por exemplo, foram pensados de acordo com a disposição dos imóveis nos setores habitacionais Boa Vista, Conta-

gem, Grande Colorado, Mansões Sobradinho e Sansão. A particularidade, porém, está na integração de todos os cinco condomínios. "A intenção é transformar todos os setores em um único bairro", disse Diana.

O plano prevê ainda a projeção de densidade demográfica em cada área e a implantação de novo sistema viário para melhorar a circulação de veículos na região. O GDF irá sugerir o uso da DF-150 como principal via de trânsito. Também sugere a construção de três rodovias secundárias e a duplicação de uma já existente. Todas terão comunicação com a DF-001 e a BR-020.

O plano será analisado pelas associações de moradores, que deverá apresentar à Seduh planilhas com os dados das ocupa-

ções e as expectativas e pretensões dos habitantes. Órgãos como o Departamento de Estradas de Rodagem (DER), Companhia de Saneamento de Brasília (Caesb), Companhia Energética de Brasília (CEB), Brasil Telecom, Belacap, Terracap e outras secretarias do GDF também serão consultados.

Para Diana Motta, o processo deve levar seis meses até que se chegue à definição do projeto urbanístico da área. A legalização dos condomínios depende ainda de estudo e relatório de impacto ambiental (EIA/Rima), que também demorará seis meses para ficar pronto. A primeira licença deve ser emitida ainda este ano pelo Instituto do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) do DF.